



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

A PRECARIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL CAPITALISTA: BASES DE UM QUADRO TEÓRICO EXPLICATIVO

ROSANGELA NAIR DE CARVALHO BARBOSA¹

RESUMO:

A reflexão crítica sobre o esgarçamento das condições de vida e trabalho em torno da noção de precariedade/precarização merece maior sustentação teórica de modo a não reduzir os fundamentos à lógica da regulação político-jurídica que reproduz o revisionismo na resistência social e o fetiche do Estado nesse processo social. O texto coteja a teoria marxiana relacionando as contradições das relações sociais capitalistas como fundamento da precarização social.

Palavras Chaves: Precarização; Trabalho Capitalista; Marx

ABSTRACT:

Critical reflection on the deterioration of living and working conditions around the notion of precariousness/precariousness deserves greater theoretical support so as not to reduce the foundations to the logic of political-legal regulation that reproduces revisionism in social resistance and the fetish of the State in this social process. The text compares Marxian theory, relating the contradictions of capitalist social relations as the foundation of social precariousness

Keywords: Precariousness; Capitalist Work; Marx

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A questão da precarização da vida social no capitalismo alcançou proeminência nas análises sobre a dura realidade do século XXI, sendo comum a observação sobre a depreciação da reprodução social com a corrosão dos direitos sociais, com a concomitante regressão das políticas sociais, envolvendo subfinanciamento das mesmas, somado à retenção de ações públicas, fragilização do acesso e rebaixamento da qualidade dos serviços, o que aumenta a brutalidade e os riscos à existência humana. Essas apreciações enfatizam que são dinâmicas que dificultam ou impedem a projeção de futuro, aprofundando a frustração dos indivíduos, que estão, por exemplo, com o tempo de vida entregue ao trabalho, às diferentes formas de adoecimento (DRUCK, 2016) e a largos empecilhos à moradia decente.

Parte da interpretação sobre esse quadro é influenciado pela chamada “escola regulacionista” (BRAGA, 2012) sem que se explore a capacidade analítica dessa abordagem. O debate sobre a regulação no capitalismo tem por base a experiência fordista/keynesiana e diz respeito ao complexo de instituições dirigidas à reprodução coesa dos conflitos sociais da sociedade capitalista, que lida com a normalização das relações capital-trabalho, por meio de legislação trabalhista, previdência social, sindicatos e mercado de trabalho relativamente abrangente. Os estudos desse campo, hoje, limitam a análise a possível reprodução – diria, mítica - da experiência do ciclo expansionista do Pós-Segunda Guerra para a realidade atual ou enfatizando a introdução de regulações adequadas ao novo tempo, limitado às discrepâncias provocadas pela austeridade e da regulamentação neoliberal.

De modo a avançar com o conhecimento crítico a esse respeito, superando a chave argumentativa da regulação dos aparatos políticos, apresentamos aqui resultado parcial de pesquisa teórica sobre essa incidência da precarização social, entendendo aqui como fundamento do capital e, no seu interior, como parte do trabalho capitalista, que em suas várias modalidades compõem o trabalho social total. Aliado a isso, mostramos os limites históricos impostos pela universalização da riqueza abstrata e da dispensa de trabalho vivo diretamente da produção de valor, abordando pressupostos marxianos que explicam essa insegurança da vida social no capitalismo.

As reais determinações sociais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O termo precariedade não é encontrado nos textos marxianos, mas toda a obra de Marx convida a tomá-lo como efeito do processo de constituição da sociedade capitalista. Afinal, a mercantilização é a base da especulação volátil da reprodução social e o objetivo da dinamização das forças produtivas. Portanto, esses são fundamentos da incerteza das condições de vida e, por isso, vale a pena colocar em relevo algumas chaves teóricas, de modo a situar a precariedade como imanente às determinações do capitalismo.

Fundamentalmente, Marx nos mostra o capitalismo como um modo de produção erguido sobre categorias que o estruturam e que ao mesmo tempo são sua negação, à semelhança do movimento de placas tectônicas que se conectam e em algum ponto se chocam, podendo redundar em limites substanciais à reprodução sistêmica, motivo de premente instabilidade social.

De partida, relembramos que para Marx o capital não é mero fator de produção, ao contrário, ele o apreende como relações sociais peculiares a dado contexto histórico. O processo de produção se baseia em relações sociais que tomam os meios de trabalho para produzir excedente econômico *per se* e não para viabilizar o trabalho próprio de subsistência dos indivíduos sociais. A estrutura da sociedade está assentada na relação entre empregador (proprietários dos meios produtivos) e trabalhador livre que sem condições de produzir não resta escolha que não seja se submeter a essa produção organizada para gerar lucro – preservando e multiplicando compulsoriamente o capital acumulado (valorização). A reprodução ampliada do capital, exige, portanto, a reprodução expansiva da referida estrutura de relações sociais, com os meios de produção e o produto pertencendo ao capital. O valor do produto envolve a adição nele do capital adiantado e um *plus a mais* extraído dos trabalhadores, mas que pertence ao capitalista. A liberdade da força de trabalho se resume a poder ser vendida novamente para um comprador e desse modo viver na *corda bamba*, para viabilizar sua subsistência².

Com essa perspectiva, parece-nos necessário acentuar que o modo de produção capitalista se volta para a produção de riqueza visando o mercado, de modo que o ímpeto da troca marca essa economia e não crucialmente as necessidades humanas de subsistência. Essa substancialidade dá sentido, como se sabe, a uma estrutura de classes sociais específicas, formada por proprietários e não-proprietários de meios de trabalho, em dependência mútua, como pele e alma.

² De imediato, lembramos que a cisão produção e vida social, em favor da centralidade da primeira é uma especificidade do capitalismo, que transforma o complexo da economia em produção de riqueza abstrata, secundarizando os bens não-mercadoria, as coisas úteis à subsistência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Por sua vez, diferentes produtos para intercâmbio exigem diferentes quantidades de trabalho da sociedade e são esses trabalhos que consubstanciam o valor da troca dessas mercadorias. Esse processo, Marx interpretou como uma das dimensões da lei do valor, que induz à interação social dos indivíduos, em torno do capital. Para intercambiar mercadorias, inclusive a força de trabalho, nesse quadro dinâmico do mercado, os indivíduos isolados entram em interface por conta das coisas que eles trocam como produtores privados. Esse movimento é tão arrojado que parece que as coisas têm vida própria como uma sociedade que aparenta ser “uma imensa coleção de mercadorias” (MARX, 2008, p. 57). Sabendo que, para Marx, o que é visto é projetado velando a realidade, somos convencidos, por ele, de que os indivíduos portadores de mercadorias entram em relações sociais para a troca de trabalhos privados, mesmo que não saibam³. Uma dinâmica externa aos próprios indivíduos, que irrefletidamente movem as teias da produção, o que nos leva a entendê-la como a base da precariedade desta forma de sociedade e isso não é passível de ser compreendido somente com a descrição da morfologia do trabalho nas diferentes conjunturas e ciclos do capital. .

Nesse sentido, o que torna social a relação dos donos das mercadorias é a troca de trabalhos privados, que constitui o valor de cada mercadoria e o valor é o tempo de trabalho gasto na produção dela. Não qualquer tempo de trabalho, mas o tempo socialmente necessário, que é o tempo médio típico para produzir determinado produto em dada época histórica de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de trabalho. Portanto, o valor é uma propriedade essencialmente social porque existe na relação social de troca e porque o tempo de trabalho é quantificado tendo como referência o grau médio de tecnologia, habilidade e produtividade de dada época e contexto social.

Contudo, não se trata do trabalho individualmente realizado e sim do trabalho abstrato porque a magnitude do tempo de trabalho expresso nas mercadorias não é estabelecida na dimensão individual de um trabalho, mas especificamente encontra-se no tempo de trabalho socialmente necessário, na troca, quando esses trabalhos são validados socialmente, independente do dispêndio efetivo de tempo de trabalho individual. Se a coisa útil só tem sentido como motivadora da troca, provocando o interesse da compra, ao isolar essa materialidade

³ Essa contradição é bem delineada quando Marx diz: “os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza (...) Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto sem o saber” (MARX, 2008, p. 95).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

isola-se também o trabalho útil, restando apenas o dispêndio de força de trabalho, o trabalho humano igual, o trabalho abstrato, como argamassa da valorização do capital⁴.

Desse modo, Marx evidencia que o valor é abstração do valor de uso e o trabalho abstrato é abstração do trabalho concreto, como duas dimensões contraditórias do trabalho capitalista. Todavia, o trabalho abstratamente considerado é historicamente condicionado, não existe em qualquer modo de produção, mas, somente naquele em que o trabalho se destinou à produção de valor, subsumido realmente ao capital⁵.

Para isso, inclusive, uma mercadoria específica assume a função mediadora para o intercâmbio, que é a mercadoria-dinheiro - o equivalente universal das trocas -, ainda que de modo invertido ou fetichizado porque aparenta ser ele, o dinheiro, o *todo poderoso* do valor e não o trabalho. Todos os valores de uso projetam no dinheiro seu valor de troca, proporcionando que as mercadorias se relacionem como valores, possibilitando a troca de mercadorias com a mesma quantidade de trabalho ou a mesma escala de trabalho social. A forma-dinheiro torna tangível o valor das mercadorias e isso não decorre das mercadorias em si e dos trabalhos concretos, mas dessa condição social das relações entre elas, as mercadorias.

No entanto, o dinheiro não é só meio de compra e venda, ele também se torna capital quando é usado para os adiantamentos em fatores de produção (máquinas, insumos e força de trabalho) na expectativa de retorno, acrescido de um extra a mais, como D' - expressão da própria acumulação de capitais e o seu segredo é o tempo excedente da força de trabalho. Somente uma

⁴ Uma sociedade regida pela lógica do trabalho abstrato enreda a compulsão social pela dinâmica das trocas entre os indivíduos para viverem, por meio de uma dominação historicamente específica, uma dominação abstrata sustentada numa estrutura social que impõe à assimilação ao sistema de trocas mercantis e ao poder do capital nesse contexto. Mas, produzir valor compulsória e crescentemente implica em estabelecer coerção, disciplinamento e concorrência entre os produtores para que se produza mais em menos tempo, tendo como referência de valor o tempo socialmente necessário para produção das coisas, o que normaliza compulsoriamente as relações, ainda que seja uma referência móvel dado o impulso imanente por aumento de produtividade do trabalho. Por conseguinte, a dominação capitalista é uma dominação do tempo de vida para o trabalho, objetivando relações sociais alienadas que constituem o capital e o reproduzem. O trabalho abstrato é uma peculiaridade e condição para isso (MARX, 2011).

⁵ Para Marx, seria fundamental entender essa especificidade do capitalismo, refutando, portanto, a transhistoricidade do trabalho e da produção social. “A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo tempo, um tipo histórico. Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade da forma de valor, e assim também da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc.” (2008, p. 102). É como forma histórica peculiar que a sociedade capitalista pode ser compreendida (e superada), criticando-se o fundamento das trocas generalizadas (valor) e do estranhamento da condição humana e ecológica do planeta nesse contexto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociedade que transforma os meios de vida em capital, em processo compulsivo de valorização, o dinheiro ganha essa importância, como medida em que se expressa toda riqueza social⁶.

Ao trocar potência de trabalho por salário visando ter dinheiro para viabilizar sua subsistência no contexto das trocas mercantis, o trabalhador entrega tempo de vida para o trabalho, para ser regido pelo capitalista e suas máquinas⁷. Essa mercadoria especial, força de trabalho – única que produz valor - entrega não só trabalho, mas sobretrabalho, quer dizer trabalho a mais do que aquele que equivale ao montante de seu salário (mais-valor). Nesse caso, a chamada equivalência da troca de mercadorias é suspensa, pois não há simetria entre o salário e o trabalho entregue ao capitalista, de modo que a força de trabalho cede mais produtos do que recebe como salário, portanto parte da jornada não é paga⁸. E, esse fundamento da exploração capitalista que é desconhecida do trabalhador constitui a dinâmica compulsória pelo incessante aumento de produtividade, para ampliar a massa de valor produzida, com trabalho não-pago.

A partir do salário, o trabalhador tem acesso a um fundo de consumo, para atender às necessidades biológicas, culturais e sociais de reprodução, podendo aquele ser menor do que as requisições histórico-culturais de reprodução da família proletária e corresponder a parte crescentemente menor da jornada de trabalho pelo efeito de novas máquinas e tecnologias que ampliam a produtividade do trabalho e barateiam a cesta de consumo, oportunizando a apreensão de mais tempo de trabalho para o capital (mais-valor relativo). Todavia, para o vasto contingente populacional expropriado dos meios de trabalho e jogado no mercado não é garantido o acesso a emprego, nem a estabilidade contratual, o que provoca a constituição de uma superpopulação relativa, flutuante entre emprego e desemprego, realizando trabalhos não contratuais (informalidade) ou vivendo estagnada em trabalhos sazonais mais depreciados ou no pauperismo

⁶ Vale sublinhar que o reinado do dinheiro decorre das necessidades dessa forma histórica peculiar orientada pelo valor autoexpansivo e sustentada num modo específico de exploração com o produtor de riqueza (trabalhador) reduzido à mercadoria força de trabalho. Mas, a crítica a essa dominação do valor, representada no dinheiro, não se reduz à distribuição de riqueza (repartir melhor o dinheiro), na medida em que é específico a esta sociedade a dissociação do trabalhador da criação produtiva, sendo a produção uma esfera estranha a ele, sem sentido, fixada fora dele, que continua, descontrolada e coercitivamente dinamiza a saga da crescente produtividade, acionando mecanismos de depreciação humana e ecológica.

⁷ Ainda que não seja tratado aqui, sabemos que a reprodução social não se resume a comprar coisas para subsistência por meio do salário, também envolve atividade não paga das famílias – necessária à reprodução da força de trabalho - que, socialmente, é absorvida pelas mulheres. Além disso, formas não tipicamente capitalistas também concorrem para a reprodução social viabilizando a reprodução contínua de capital, como atividades domésticas e economias camponesas. Além disso, como sabido, na fase do capital monopolista diversas ações de reprodução social foram incorporadas como políticas sociais no Estado. A problematização dessas dimensões foge às possibilidades desse texto, no momento, mas vale aqui a sinalização, sugerindo a reflexão do impacto do acirramento da precarização nessas outras dimensões da reprodução social.

⁸ A troca de equivalentes na relação capital-força de trabalho é uma cilada que tem manifestação na realidade concreta, dando sentido às classes sociais, possibilitando a extração e apropriação de mais-valor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

extremo. Ao relembra essa passagem dos estudos de Marx (2008) é impossível apagar as luzes de seus ensinamentos sobre a imanência da precariedade na lógica do modo de produção⁹.

Em adição, Marx esmiuça que para o capital ser reproduzido de modo expandido, incrementa-se a produtividade, elevando a incorporação de maquinário e tecnologia para produzir mais mercadorias em menos tempo e com menos trabalho vivo, sendo o resultado disso a diminuição dos postos de trabalho e, conseqüentemente, o alargamento da precariedade social. Não há garantia de acesso a trabalho e a salário, o que deixa instável a possibilidade de aquisição da cesta de consumo pelo trabalhador e sua família. Além disso, a população excedentária à economia real funciona como dispositivo de concorrência entre os próprios trabalhadores e de aviltamento dos seus salários, dado o contingente de trabalhadores disponíveis (LAVAL, 2017).

As conseqüências são também de outra estirpe, pois são dois movimentos que aumentam de modo complementar – a taxa de mais valor relativo e o aumento da composição orgânica de capital -que induzem à queda da taxa de lucro. De modo que o capital tende em seu movimento histórico – expansionista e centralizador – a, contraditoriamente, se valorizar a taxas menores e a aumentar os gastos com tecnologia e maquinário, o que implica maior dispensa de capital constante. Como um paradoxo, pois, a própria desmedida do valor por maior valorização provoca esse entrave, na medida em que expressa a dificuldade crescente do capital com a autovalorização.

Ao mesmo tempo, trata-se de um tipo de produção material que leva ao uso expansivo dos recursos naturais (terra, água, minerais) com a conseqüente degradação ambiental e de formas de apropriação dos territórios que sobrepõem o valor ao uso da natureza pelas populações locais. A crise climática da atualidade, por exemplo, que redunde em aquecimento global, deriva do uso

⁹ Marx (2008) apresenta uma vasta caracterização das jornadas de trabalho exaustivas, dos salários restritos e das condições de saúde insalubres das fábricas, por meio dos relatórios dos inspetores fabris, sublinhando um denso quadro de precariedade laboral. Também, diz ele, os salários sendo abaixo das necessidades de reprodução, ao trabalhador não resta alternativa que não seja residir em moradias improvisadas e aglomerações em espaços abaixo do regramento sanitário plausível. As tratar da acumulação primitiva recupera a violência dos processos de usurpação de terras, das *Works Houses*, do sistema colonial e da escravidão de indígenas e negros. As condições insalubres das moradias, o esgotamento físico pelas horas trabalhadas e pelas péssimas condições de trabalho, se somam à requisição para incorporar toda a família proletária no trabalho, incluindo as crianças, para fazer frente ao baixo poder aquisitivo dos salários. Ao sintetizar a apuração da sorte da classe trabalhadora com a crescente acumulação de capital, Marx mostra o destino da superpopulação relativa, entre empregos inseguros, desemprego e trabalhos desprotegidos de contrato. Daí emerge o exército industrial de reserva formado por aqueles trabalhadores que podem retornar ao mercado de trabalho e a população sobranete, que excede às necessidades estruturais do capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do planeta por esse modo de produção, portanto é consequência das próprias categorias fundamentais que o formam e de suas contradições (MONERAT, 2020).

Essa instabilidade é constitutiva do metabolismo do capital que, sendo compulsoriamente expansivo, transforma a capacidade humana de trabalho em mercadoria trocável por dinheiro. E, isso requer contingente de indivíduos expropriados dos meios de vida – incapazes de produzir para seu próprio consumo, portanto sem a terra - e participante das trocas generalizadas de mercadorias, portanto, o trabalho e o consumo dos produtos mercantilizados se apresentando como pressupostos da economia capitalista, que exige crescente ampliação. Dito de outro modo, essas trocas generalizadas são historicamente possíveis no capitalismo porque estabelece-se, antecipadamente, que os produtos do trabalho são mercadorias (valor), para o que foi fundamental a derrocada das relações de dependência pessoal dos indivíduos na produção – a superação histórica da produção como atendimento direto de necessidades úteis; e, ao mesmo tempo, exigiu forte dependência recíproca, por meio de uma divisão sociotécnica do trabalho crescentemente aprofundada. No entanto, trata-se de uma interdependência sim, mas ela é impessoal, ocorre por serem produtores de mercadorias; trabalhadores assalariados que visam a troca de mercadorias (força de trabalho por salário, para consumo)¹⁰.

Para Marx, essa inversão integra a lógica da organização capitalista que tem a mercadoria como seu átomo, mas não sendo ela simplesmente objeto da economia e sim uma forma específica de relação social. Tanto a relação de compra e venda de mercadorias quanto a relação capital-trabalho perfilam a especificidade historicamente constituída de dadas condições sociais e uma parte da relação não existe sem a outra, pois a exploração da força de trabalho (mais-valor) depende da generalização da forma-mercadoria na totalidade social.

Por outro lado, ainda que a mercadoria seja uma coisa útil – fruto de um trabalho concreto, útil, especializado como de um carpinteiro ou de uma operadora têxtil – ela existe para ser trocada e não é a identidade qualitativa que motiva o intercâmbio porque coisas iguais não reservam motivos para troca e coisas diferentes restam ser equivalentes por serem resultados do trabalho, portanto, se trocam por expressarem quantidade de trabalho e assim declararem o seu valor. Essa condição é consequência, insistimos, das relações sociais específicas do capitalismo, de

¹⁰ No capitalismo, o trabalho não é imediatamente (e conscientemente) social no próprio processo produtivo, mas depende para isso da mediação da troca dos produtos, como um pressuposto. Daí ser uma sociabilidade marcada pelo estranhamento à condição humana e à natureza, o que fornece todo o sentido aos escombros desse tempo sombrio do capitalismo em crise, expresso exatamente no aprofundamento da precariedade social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

intercâmbio generalizado de mercadorias e da universalização do trabalho capitalista que aparece realizado na mercadoria.

O fetiche como chave de leitura da precarização

Pelo exposto até aqui, sublinhamos que a equiparação dos produtos do trabalho, dos trabalhos mesmos e o reconhecimento do valor de seus produtos ocorre *pelas costas* dos indivíduos que não sabem disso, pois desconhecem as bases do processo social de trocas generalizadas, de que participam. A antinomia dessa relação social foi exposta por Marx, demonstrando que ela é ilusória e real, pois tem efeitos na realidade concreta e ao mesmo tempo é uma abstração que se manifesta na realidade, por meio da representação – ou seja, do valor de troca representado na forma-dinheiro – e independente da consciência dos indivíduos, daí o fetiche da mercadoria: magia decorrente das relações sociais objetivas entre as mercadorias e do modo como se atribui concretamente valor às coisas, por meio da ação das trocas e não da consciência sobre o que se faz.

Isso significa que a abstração - imanente às relações de troca - é desconhecida do pensamento prévio dos indivíduos que agem como sociedade no intercâmbio mercantil, sendo a efetivação prática das relações de troca um mecanismo automático reiterado, externalizando magicamente a forma-dinheiro, como se ela em si fosse o valor, quando ela é, de fato, decorrente da relação entre os trabalhos¹¹.

Uma sociabilidade fetichista, insistimos, que é baseada nessa ilusão efetiva, em que a sociedade parece dinamizada pela troca de coisas quando são os trabalhos dos indivíduos que estão sendo trocados pelo mecanismo de equivalência do trabalho abstrato. Parece que as coisas em si, por suas propriedades úteis, são dotadas de valor e irrefletidamente os indivíduos devem a elas se submeterem para terem suas necessidades atendidas. E, fundamentalmente, diz Marx, há uma estrutura social real que leva a que fantasmagoricamente as coisas se relacionem e os indivíduos ajam inconscientemente como reprodutores dessa lógica *coisal* (MARX, 2011).

¹¹ Esse fetiche do dinheiro provoca, igualmente, instabilidade sistêmica, quanto mais esse equivalente universal se distancia da relação intrínseca com a produção de riqueza (valor) e, também, quanto mais ele é ampliado como instrumento especulativo do capital dada a demora de retorno lucrativo da circulação ou dos limites à produção do valor nas últimas décadas. Essa é a artimanha da financeirização que emergiu na agenda do capital após 1970 para fazer frente a sua crise e que tem aprofundado a dinâmica negativa das contradições sistêmicas, enveredando pela ampliação dos recursos monetários mesmo com a queda da produção de valor, o que alimenta bolhas potencialmente explosivas de consumo e enriquecimento.

O desafio no estudo da obra de Marx é o de tomar a lógica do valor como objeto de crítica e podemos dizer, hoje, que isso é diferente de criticar essas ruínas humanas a partir da ótica da própria lógica do valor para atuar sobre seus exageros, aprimorando a regulação de sua engrenagem como na *nostalgia fordista* do debate da precariedade, mencionada antes.

Em suma, a universalidade abstrata do trabalho capitalista, que domina os indivíduos particulares, como se fosse uma necessidade natural – porque atua como uma suposta lei da natureza – impõe-se por cima de suas consciências como uma legalidade objetiva, contraditoriamente esfumando sua origem social. Trabalhar e ter dinheiro para cobrir necessidades vitais aparecem como formas naturais de viver em todos os tempos, embora sejam manifestações de dominação historicamente específicas da sociedade capitalista.

A forma social da mercadoria torna todos entorpecidos porque os elementos-objetos da realidade se apresentam para a consciência de modo invertido e isso resulta das relações sociais que acontecem de modo não consciente. Em consequência, não é a realidade que é percebida distorcidamente, mas a realidade mesma de que fazemos parte é assim, pois o fetichismo constrange os atos da vida cotidiana e o todo social. Portanto, é uma sociabilidade não conscientemente reflexiva, mas que desmedidamente reproduz o capital, em seu impulso cego e automático por valor.

Consequentemente, Marx enfatiza a centralidade da dimensão do trabalho abstrato - condição da generalização das trocas mercantis – que transforma o trabalho num mecanismo da lógica coisal, de modo que para os produtores “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas”(MARX, 2008, p. 95). Longe, portanto, de se revelarem como relações sociais entre indivíduos nos seus trabalhos, expressam-se como relações reificadas entre pessoas, animadas pelas relações sociais entre as coisas.

A automação sistêmica, como crise

Essa dinâmica, além de reduzir a vida humana à trabalho – forjando a humanidade parcial, restrita ao trabalho – expressa, paradoxalmente, a característica antissocial do capitalismo, ao dar vida às coisas. Essa retração das potencialidades e necessidades humanas manifestam os limites essenciais desse modo de produção, que fundamentam a precariedade social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa dissonância atravessa o complexo de categorias que estruturam o capital, pois, de um lado, as categorias respondem ao aspecto progressivo da acumulação de capital, de outro, elas acionam crises que entram, paralisam ou afundam a valorização do valor. Com isso, a par das categorias fundantes da lógica do capital, evidenciamos para o debate da precariedade esse segundo movimento da reflexão marxiana, o precipício do curto-circuito sistêmico. Nesse sentido, sublinhamos que as determinações do capital são também as determinações da sua manifestação negativa, como crise.

Como o capital é valor que se valoriza, a sua estrutura categorial se volta para isso, sendo que a efetivação dessas determinações envolve também a autonegação do capital, o que se manifesta como potencialidade ou como efetiva realidade em dados contextos em que aquelas categorias fundamentais se desenrolam. Tendências opostas em movimento matizam o caráter contraditório do capital e, nesse sentido, entraves para produzir ou realizar o valor - engrenando a acumulação - estão presentes nos próprios movimentos de sua afirmação positiva. A autovalorização do capital exige a presença do seu par antagônico, a força de trabalho, para produção de valor, mas ao mesmo tempo o nega para expandir a produtividade, substituindo capital variável por capital constante, motivo da diminuição do valor por mercadoria, dependendo de ampla circulação de massa de valor para poder viabilizar a acumulação, o que não tem se desdobrado como realidade quando tomamos o capital como um todo, desde os anos de 1970. E o fio da meada desse imbróglcio está nessa contradição, pois o capital em seu movimento de ampliação desmedida de valor nega a substância do valor, o trabalho vivo, ainda que seja dependente dela.

Recordemos: a reprodução ampliada de capital envolve dois movimentos que aumentam de modo complementar – taxa de mais valor relativo e aumento da composição orgânica – induzindo a queda da taxa de lucro, que é uma tendência lógico-histórica, vislumbrada por Marx. De modo que o capital se valoriza a taxas menores porque aumenta os gastos com tecnologia e maquinário, que exige maior investimento em capital constante. Isso significa que a própria desmedida do valor que se valoriza provoca esse entrave, pois revela a dificuldade crescente do capital com a autovalorização que o compõe.

Marx explicou isso observando que o modo de produção, em seu desenvolvimento, desemboca em ciclos de ascensão da acumulação seguidos de ciclos descendentes que acionam a agenda de recomposição dos processos produtivos, do trabalho e do mercado. Sendo as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

barreiras à acumulação parte da própria acumulação, o capital em sua pulsão pelo crescimento desmedido de valor supera essas barreiras criando novas e maiores barreiras.

Essa dinâmica contraditória e paradoxal leva Marx a ver a propensão do sistema para crises como resultado das próprias contradições fundamentais do capitalismo. A crise econômica pode decorrer do curto-circuito, por exemplo, entre produção e consumo que entrava a realização do mais-valor por não vender as mercadorias competitivamente, o que, portanto, provoca perdas vitais, irradiando-se pelo sistema e levando à destruição de capitais (falências), com recessão econômica e desemprego. O que está em questão aí, primordialmente, não é a retração do consumo que dificulte vender uma mercadoria para comprar outra, mas fundamentalmente, a produção e a apropriação de mais-valor para viabilizar o reinvestimento produtivo em oportunidade lucrativa. A carência dessa oportunidade oblitera a acumulação renovada de valor. Essa disparidade que redunde em superprodução não é um quadro excepcional e sim uma possibilidade lógica da concorrência de capitais, que move o expansionismo de mercado, o movimento constante de corte de custos e o impulso pelo aumento de produtividade, configurando mesmo um padrão cíclico de seu desenvolvimento, abrangendo ascenso e descenso econômico. O referido descompasso é motivado pelas próprias contradições que constituem as categorias fundamentais mencionadas antes, como as contradições entre valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e trabalho abstrato, dinheiro e valor, produção, circulação e consumo de mercadorias.

A lógica dos circuitos do capital entre produção/circulação inclui a reciprocidade entre os agentes econômicos, mas também pode provocar colapso, por exemplo, caso vendedores retirem o dinheiro da circulação, não comprando mercadorias e assim entravando as vendas e os investimentos em nova produção. A comercialização das mercadorias possibilita a conversão do capital (mercadorias) em dinheiro, para de modo genérico recomeçar e reproduzir ampliadamente o capital com novos investimentos. Qualquer estancamento dessa dinâmica levanta barreiras à realização do valor.

Isso mostra que a superprodução é uma consequência direta dos fundamentos do capital e um estopim para crises, forçando a maior extensão dos mercados e o aprofundamento do rebaixamento dos custos¹². Os capitais avançados investem na superação dos métodos de

¹² Um dos meios de ampliação dos lucros é a introdução de novos métodos de produção para reduzir custos e ampliar a produtividade. A concorrência de produtores individuais motiva, por exemplo, esse movimento de crescente inserção da ciência na produção, pois capitalista que consiga produzir abaixo do tempo médio, apropria maior proporção de mais-valor e pode expulsar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produção e na criação de novos produtos, no entanto, o objetivo não é atender necessidades humanas e reduzir o esforço laboral dos trabalhadores e sim expandir valor. E, ao fazer isso, provocam dialeticamente novas barreiras porque diminuem o valor das mercadorias com o aumento da produtividade, de modo que essa entropia não é um movimento superável sem a superação do próprio modo de produção.

A superprodução é uma tendência inelutável da lógica do capital e se desenrola como regularidade na realidade capitalista. A crise daí advinda é entendida por Marx como falha sistêmica, desdobrada da dificuldade de realização do valor, provocando perdas de capital espalhadas em falências e estagnação da produção, em espiral descendente. As crises envolvem processos violentos de desvalorização de capital, com desdobramentos nefastos sobre as condições de vida. Essas crises são mecanismos também de recomposição purgatória, com destruição de capitais e medidas de recomposição do modo como se emprega a força de trabalho, incluindo, o próprio desemprego. Paralelamente, a crise provoca a maior concentração e centralização de capitais e a dinamização do sistema de crédito que, ao mesmo tempo, acentuam as crises, dado o alto volume de capitais envolvidos, o aprofundamento das medidas de produtividade e a especulação inerente a massa de recursos monetários introduzidos no mercado.

Marx (2011) entendia que o contramovimento à crise era tênue, com condições apenas temporárias de deslocar as contradições fundantes geradoras do *crash*, portanto, para ele, a sociedade estaria estruturada num terreno movediço, o que significa que a volatilidade das condições sociais e ambientais abarcadas no vocábulo precariedade não é decorrência do acaso de um evento externo. A tendência às crises expõe a irracionalidade inerente ao próprio modo de produção, sendo assim, o capitalismo é uma experiência histórica limitada para fornecer sustentabilidade à existência humana e à natureza, de modo que a precarização do modo de vida resulta dessas exigências internas da lógica do capital¹³.

As duas últimas grandes crises (1929 e 2008) carregam essas determinações tematizadas por Marx, pois resultaram das contradições sistêmicas e serviram como freio de arrumação das

concorrentes do mercado, lançando trabalhadores no desemprego. Nessa dinâmica concorrencial, a disputa pode depender também de reduções salariais, intensificação do trabalho e ampliação da jornada.

¹³ A tendência à crise está enlaçada na própria mercadoria, nas duas formas de riqueza – bens concretos e riqueza abstrata, representada no valor, reificado na forma-dinheiro. Sendo que a segunda dimensão tem preponderância sobre a riqueza material, que só é produzida se valorizar o capital, portanto responde à finalidade que lhe é externa e que redundna na metamorfose do dinheiro em mais dinheiro (D'). Isso significa que se o bem não pode ser vendido, ele pode ser destruído independentemente dos flagelos humanos - os alimentos podem apodrecer nas gôndolas e os imóveis vazios persistem fechados sem uso social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

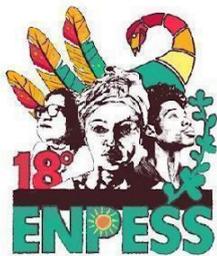
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

condições de reprodução do capital. A crise de 1929 foi agravada pela própria agenda anticíclica do Estado norte-americano que elevou os juros e recomendou que o mercado ajustasse as condições econômicas pela ação competitiva, com drástica eliminação dos capitais mais fracos. Essa purificação provocou uma profunda e longa depressão com destruição de capitais e empregos, dilacerando as condições de vida da própria existência humana. A crise de 2008 despontou como resultado da ampliação do crédito (endividamento) e da formação de negócios especulativos, com o volume de dinheiro sem referência equivalente com a produção de valor, contando com a forte atuação dos Bancos Centrais dos Estados (EUA e demais países cêntricos) para ampliar a liquidez no socorro a bancos e, conseqüentemente, com a ampliação da dívida pública, além de falências e queda dos investimentos na economia real. O resultado foi uma recessão econômica estrondosa com forte desemprego, ampliação da externalização de serviços sociais para o mercado, desfinanciamento de políticas sociais e reformas trabalhistas mais densas, ampliando a flexibilização, a terceirização e o empreendedorismo laboral, nos termos de Antunes (2018) e Barbosa (2020)¹⁴.

Para Marx, a esfera financeira da economia exerce atração sobre os capitais nas conjunturas de expectativa de lucros baixos e horizontes recessivos, de maneira que a *hibernação* de recursos na dinâmica financeira visa aguardar melhores oportunidades de mercado. Esse seria um movimento típico e reiterado do capital ao encontrar barreiras a sua reprodução ampliada.

Esse abrigo na esfera financeira pode não se distanciar, de todo, da economia real, mas a potencializa, negativamente, aprofundando as contradições entre valor de uso e valor (IAMAMOTO, 2007). Um exemplo disso é a exigência dos investidores financeiros (acionistas, portadores de títulos financeiros, credores) sobre o enxugamento da organização produtiva e do trabalho ou mesmo sobre a austeridade fiscal da agenda do Estado. Outro exemplo, é a entrada do capital rentista na especulação de *commodities*, ocupando espaços territoriais de produção de bens primários, mas também especulando com os preços no mercado nas bolsas de mercadorias, tamanha a massa de dinheiro atraída para esse nicho. Esse é um movimento que atinge o sul

¹⁴ Os Estados têm respondido aos episódios críticos, desde os anos 1980, com os bancos centrais aumentando a liquidez e esse *modus operandi* de acumular capital por meio da transfusão de dinheiro tende a ser um barril de pólvora, na medida em que se sustenta no endividamento público e das famílias, mas também porque não é afiançável que o Estado suporte frequentes socorros desse porte se as finanças forem preponderantemente especulativas tipo esquema de pirâmide com promessa de pagamento de rendimentos altos aos investidores à custa do dinheiro dos novos que chegam posteriormente, sem ser, portanto, gerado pela economia real.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

global que, carente de economia industrial, fez o giro, nas últimas décadas, para um novo ciclo de economia extrativista, com forte apelo das rendas extraordinárias por parte das grandes corporações extrativistas e financeiras. Nesse caso, as consequências concretas apareceram no avanço sobre territórios de populações originárias, provocando a barbarização das condições de vida, o desmatamento, o extrativismo predatório e a monocultura de *commodities* nociva à biodiversidade¹⁵.

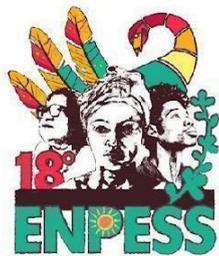
No entanto, a crise de 2008 não é um curto-circuito isolado, mas parte da crise aberta nos anos de 1970, derivada dos limites à lucratividade do capital e do fracasso das medidas tomadas que não mais recuperaram um ciclo de prosperidade semelhante ao expansionismo do Pós-Segunda Guerra, de maneira que a crise se arrasta pelos últimos quarenta anos, demonstrando que estamos, efetivamente, na vigência de uma crise estrutural, exatamente porque envolve a dessubstancialização do capital com a queda da produção do valor. A riqueza monetária é transferida entre proprietários, mas de acordo com Roberts (2023), o capital social total não encontra expansão semelhante a expressa nos índices daquele ciclo expansivo precedente. Isso quer dizer que o capital está emparedado para ser quem é, sobrevivendo de negócios especulativos que promovem profunda precarização do trabalho e das condições de vida, sem ampliar significativamente o valor social total.

Outro resultado emblemático dessa fase da economia capitalista é sua ação sobre o meio ambiente, aprofundando o desastre climático, o desmatamento e a expropriação de recursos. Um verdadeiro xeque-mate à sobrevivência do planeta. A questão humanitária daí consequente é alarmante, com implicações sobre o aumento da população sobrando às necessidades do capital e da mercantilização da vida urbana, sacrificando ainda mais as condições de vida¹⁶.

Trata-se de parte de um processo maior sistêmico depressivo, com uma qualidade nova de impasses, diferenciada das crises cíclicas expansionistas precedentes e com a falência dos controles metabólicos anteriores do Estado que favoreciam o deslocamento das contradições imanentes. Estaríamos diante de uma crise abrangente por conta da conexão internacionalizada

¹⁵ Não é demais lembrar que a pandemia da Covid-19 é uma expressão desse acaque da expansão de fronteiras ao capital, avançando sobre as regiões e maculando a biodiversidade. Ver a respeito: Monerat, 2020.

¹⁶ Em todo o mundo, verifica-se o agravamento das determinações do capital sobre as cidades, colocando a moradia como uma das graves consequências da sociabilidade do valor, na medida em que a especulação imobiliária torna uma necessidade humana básica de abrigo estopim da disputa de capitais, constituindo uma crise imobiliária global sem precedentes. A população que vive nas ruas, a favelização das moradias e o banditismo avançam e se entrecruzam conforme crescem os artefatos de maior gentrificação dos lugares, de acomodação turística platformizada (Airbnb), de destruição de economias fabris, de investimentos especulativos com títulos imobiliários/fiscais e de encurtamento de políticas públicas consequentes como valor de uso.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do capital, sobreposta porque apresenta impasses ampliados e articulados (econômicos, políticos, sociais e ambientais), visceral e contínua porque aprofunda as contradições internas sem induzir expansão significativa de lucros¹⁷.

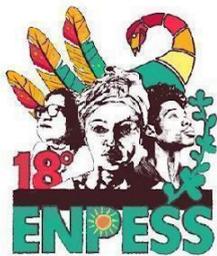
Sem limites a sua expansão, o sistema capitalista se torna incontrolável e destrutivo, ao sabor da lei do valor *per se* (radicalização do distanciamento entre necessidades sociais e autorreprodução do capital), o que provoca crescente precarização do trabalho, desemprego estrutural, mercantilização urbana e depreciação da natureza. A gestão dos picos de crises tende a apresentar muitos dispositivos de administração, embora sejam eles insuficientes para lidar com as contradições e as precipitações iminentes de uma nova época, sem intervalos expansionistas expressivos, representando ser uma crise no próprio valor, seja na produção com baixo incremento de trabalho vivo (criador de valor) seja na realização do valor, levando, inclusive, à redução da taxa de uso das mercadorias e ampliação da volatilidade das necessidades sociais mercantilizadas. Os próprios corretivos transformam-se em mecanismos de destruição, configurando uma totalidade social insanável.

Isso é uma mudança qualitativa das crises, com a crescente feição destrutiva do valor, expressa na precarização social e da natureza, de modo que a reprodução do capital se realiza como crescentemente tóxica para humanidade e natureza. De modo que a sobrevivência do capital depende, hoje, da gestão de seus destroços, com a barbarização social (MENEGAT, 2019; ARANTES, 2023)

Considerações finais

A precariedade, portanto, decorre das determinações substanciais da sociedade capitalista, em razão da lógica da mercantilização impregnar a vida social situando o valor como traço específico da riqueza produzida e o trabalho como categoria mediadora da sociabilidade. Esse delineamento social apequena a experiência humana, reduzindo-a à unidimensão do trabalho que em sendo central na vida captura o tempo de existência dos trabalhadores, subsumidos à dinâmica da produção da mercadoria ou retidos em *virações* e *bicos* porque dependem de dinheiro. Por outro lado, é uma sociedade que cria população em excesso e, por isso, a gestão da relação vida-morte não lhe é inusitado, pois produz contingente que não será

¹⁷ Vale dizer que a precariedade das condições de vida e o empobrecimento até o século XIX decorriam da emergência e consolidação da sociedade capitalista como modo de vida e, agora, no capitalismo mundializado e em crise essas expressões derivam do impasse interno da lógica do valor, quando ganha nova força as ruínas sociais e ambientais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

integrado produtivamente, que não servirá diretamente à exploração capitalista (sobretabalho). Essa tendência institui a descartabilidade de vidas excedentes que assim penam para sobreviver, constituindo âmbitos de abandono, de encarceramento e de gestão assistencial dos sobrantes. Com isso, estamos matizando que a precariedade não irrompe a partir dos anos de 1970 (com a crise do fordismo), mas resulta de suas contradições internas, da sua natureza mesma e não se restringe a uma realidade pré-capitalista, como por vezes abordou-se o “subdesenvolvimento” do sul global.

O expansionismo do valor e as condições históricas específicas do pós-Segunda Guerra (Guerra Fria, por exemplo) estão por trás dos laços entre capitalismo e regulação social, mas restringindo a crítica das determinações fundamentais. A época do pós-1970 expõe a agressividade dessa sociabilidade avessa às necessidades humanas, com a universalização do capitalismo, os desdobramentos das inovações tecnológicas (microeletrônica, automação e inteligência artificial) e a queda alarmante do crescimento da economia mundial. A renovação dos meios de trabalho aumenta a produtividade e diminui o emprego da parcela variável do capital, mas, contraditoriamente, provoca a diminuição do valor precipitando conjunturas críticas. Essa dinâmica de produção/realização do valor não se altera nos últimos quarenta anos e se o capital é valor que se valoriza, portanto, a crise alastrada é de natureza estrutural e não pode ser revertida pela nostalgia regulatória do passado, quando o expansionismo do valor podia deslocar efeitos negativos das contradições internas. Esse limites provocam o robusto aprofundamento da precarização social, conforme matizado nas fraturas sociais da cena contemporânea

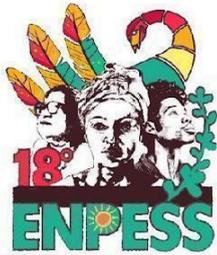
Referências:

ARANTES, Paulo Eduardo. *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*. São Paulo: Editora 34, 2023.

BARBOSA, Rosangela N.C. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade. *Revista Sociedade em Debate*, v. 24, n. 2, mai/ago. Pelotas; UCP, 2018.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CANETTI, Thiago. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DRUCK, Graça. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: TEIXEIRA, M. O.; ANDRADE, H. R.; COELHO, E. D. (Orgs.), *Precarização e Terceirização — faces da mesma realidade*. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

LAVAL, C. Precariedade como “estilo de vida” na era neoliberal. *Parágrafo*. Indianópolis/SP: FIAM-FAAM, V.5, n.1, p. 101-108, jan-jun /2017.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 45-54.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONERAT, Júlio C.P. *Para a crítica da ecologização do capital*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Serviço Social, UERJ, 2020, mmeo.

OIT. *From precarious work to decent work: policies and regulations to combat precarious employment*. ONU/OIT: Switzerland, 2012. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/meetingdocument/wcms_179787.pdf Acesso em 18 de novembro de 2022.

MENEGAT, Marildo. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROBERTS, M. A queda iminente. *Blog A Terra é Redonda*. Seção Economia. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-queda-iminente/> Acesso em: 20/01/2023

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão